

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

**ALFREDO WAGNER  
ROSA ACEVEDO  
ERIKI ALEIXO**



## PANDEMIA E TERRITÓRIO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Jordeanes do N. Araújo
Roque de Barros Laraia	Eliana Teles
Otávio Velho	Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira
João Pacheco de Oliveira	Maria Alice da Silva Paulino
Henri Acselrad	Karapãna
Ilka Boaventura leite	Jardeline dos Santos Costa, Kokama
Claudia Puerta Silva	Alicia Dorado Rosales
Jesús Alfonso Flórez López	Álvaro Ipuana Guariyü
Aurélio Vianna Jr	Ana Isabel Márquez Pérez
John Comerford	Isabela do Amaral Sales
José Sergio Leite Lopes	Rita Neves
Marcia Anita Sprandel	Silvia Zaccaria
Patrícia Maria Portela Nunes	Bruna Cigaran da Rocha
Cynthia Carvalho Martins	Selma Solange Monteiro Santos
Emmanuel de Almeida Farias Júnior	Edielso Barbosa dos Santos
Ana Pizarro	Edvando Jesus Vieira
Ana Carla dos Santos Bruno	Elaíze Farias
Altaci Corrêa Rubim	Elionice Conceição Sacramento
Maria Fernanda Salcedo Repolês	Esteban Torres Muriel
Oswaldo Martins de Oliveira	Estefanía Frías Epinayú
Ricardo Verdum	Fatima Epiayú
Vânia Fialho	Suellen Andrade Barroso
Raphaelle Servius-Harmois	Sandro José da Silva
Glademir Sales dos Santos	Esmael Siqueira Rodrigues
Raquel Mombelli	Gardenia Ayres
Jurandir Santos de Novaes	Gean de Almeida
Txai Terri Vale de Aquino	Hosana Santos
Luiz Antonio de Castro Santos	Ilana Magalhães
André Luiz Freitas Dias	Roberto Carlos Amaya Epiayú
Claudina Azevedo Maximiano	Uta Grunert
Franklin Plessmann de Carvalho	Davi Pereira Junior

Clayton de Souza Rodrigues  
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno  
Vinícius Cosmos Benvegnú  
Eriki Aleixo de Melo  
Reginaldo Conceição da Silva  
Marcos Alan Costa Farias  
Murana de Oliveira Arenillas  
Nicolas A. Victorino R.  
Elielson Pereira da Silva  
Riccardo Rella  
Whodson Silva  
Aline Radaelli  
Danilo da Conceição Serejo Lopes  
Gilberta Acselrad  
Felipe Pereira Jucá  
Ernandes Herculano Saraiva  
Guilherme José Sette Junior  
Angelisson Tenharin  
José Roberto Jesus da Silva Cravo  
Poliana Nascimento  
Ariene dos Santos Lima  
Geoclebson Pereira  
Jeane Sacramento  
José Luís Souza de Souza  
José Omir Siqueira  
Juliane Gomes de Souza  
Luan Arruda  
Bruno Lopes do Nascimento  
Cândido Firmiano  
Lucas Antônio Macedo  
Luiza dos Santos Reis  
Marcelo Horta Messias Franco

Maria Delma Portilho Brito  
Maria Jaidene Pires  
Max José Costa e Costa  
Ana Moura  
Maxwell Marques Mesquita  
Anthony Lisboa  
Miguel Ramírez Boscán  
Sandro Henrique Lôbo  
Nelson Ramos Bastos  
Maria da Penha Silva  
Quênia Barreto da Silva  
Jakeline Romero Epiayú Manuel Moura  
Rafael Matos  
Francisca Gárdina dos Santos Lima  
Roberto Mendonça  
Rosamaria Santana Paes Loures  
Rosângela Brito  
Flávia Vieira  
Glebson Vieira  
Taisa Lewitzki  
Thiago Alan Guedes Sabino  
Tiane Souza  
Uine Lopes de Andrade  
Peppe Assurini  
Vânia Conceição Sacramento  
Walter Calado  
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN  
ERIKI ALEIXO DE MELO

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

2020

## CONSELHO EDITORIAL

**Otávio Velho** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Dina Picotti** – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

**Henri Acserald** – IPPUR –UFRJ, Brasil

**Charles Hale** – University of Texas at Austin, Estados Unidos

**João Pacheco de Oliveira** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** – NAEA/UFPA, Brasil

**José Sérgio Leite Lopes** – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

**Aurélio Vianna** – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

**Sérgio Costa** – LAI FU, Berlim, Alemanha

**Alfredo Wagner Berno de Almeida** – UEMA/UEA, Brasil

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Ana Pizarro** – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de  
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

**Claudia Patricia Puerta Silva** – Professora Associada – Departamento de  
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de  
Antioquia

**Zulay Poggi** – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–  
Universidad Central de Venezuela

**Maria Backhouse** – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –  
FriedrichSchiller-Universitätjena

**Jesús Alfonso Flórez López** – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -  
Colombia

**Roberto Malighetti** – Professor de Antropologia Cultural – Departamento  
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de  
Milano-  
Bicocca



Copyright© Autores

**Equipe de organização e edição:**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

**Capa:** Phillipe Teixeira

**Diagramação:** Phillipe Teixeira

**ISBN Impresso:** 978-65-00-05792-8

**ISBN E-book:** 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –  
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)  
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

# TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: CONTROLE E VIGILÂNCIA DAS VIAS DE ACESSO ÀS TERRAS INDÍGENAS

Alfredo Wagner Berno de Almeida

1-Com as sucessivas manifestações e notícias de disputas pelos mecanismos de controle sanitário e da saúde indígena, no decorrer destes meses de março a junho de 2020, em diferentes regiões do país, tem-se uma primeira aproximação dos efeitos da Covid-19 sobre a vida social e sobre as formas político-organizativas intrínsecas a diferentes unidades sociais (povos, comunidades, tribos, grupos) e seus respectivos territórios reconhecidos (identificados, delimitados, demarcados, homologados) ou territorialidades específicas que socialmente construíram ou estão construindo sem usufruir ou demandar qualquer modalidade formal de reconhecimento. A pandemia é coetânea de um tempo em que as mobilizações indígenas em virtude de sua crescente autonomia, da dispersão de suas reivindicações e da heterogeneidade étnica de suas ações coletivas, sobretudo nos perímetros urbanos, apontam não somente para novos significados de política, mas principalmente para novos padrões de relação política. As lutas em torno do controle da gestão da saúde, da higiene e da alimentação, num contexto pandêmico em que elas se tornam parte fundamental das relações de poder, com peso decisivo na cena política, recolocam o movimento indígena num exercício permanente de liberdade, seja na área rural, seja nos centros urbanos, seja na defesa física das TIs, seja na escolha de modalidades de ajuda mútua para garantir sua existência coletiva nas cidades. Se resistir significa uma escolha, nestes tempos de pandemia significa não renunciar à sua identidade étnica e à construção de sua própria existência coletiva, ainda que esteja em jogo uma profunda ruptura com tutelas historicamente instituídas e juridicamente vigentes.

2-A ação dúbia das políticas governamentais, com oscilações sucessivas entre “negacionismo” e “conhecimento científico” ou entre “isolamento social” e “flexibilização”, levou órgãos do poder executivo a perder a prerrogativa de ações combinadas entre o governo federal e os governos estaduais ou entre estes e as prefeituras municipais. A militarização do Ministério da Saúde, inclusive com um ministro general sem uma formação em medicina, não logrou remover os obstáculos a uma ação política articulada e nem tão pouco parece ter esta articulação como objetivo. A centralidade burocrática no aparato logístico em detrimento do conhecimento em ciências médicas afetou a ação ministerial no campo da saúde, principalmente ao confundir ação médica militar com políticas de saúde pública. Isto pode ter endossado prováveis distorções de atividades rotineiras<sup>617</sup>. As restrições à participação de lideranças indígenas mais críticas e contestatórias em conselhos e instâncias deliberativas dos distritos especiais de saúde (DSEI), por sua vez, se tem um efeito inibitório sobre as mobilizações políticas também estabelecem um fosso entre as decisões oficiais e o seu acatamento. A extensão desta dubiedade da ação oficial impeliu a que fossem executadas medidas protetivas emergenciais por parte das próprias organizações indígenas, assim como de organizações quilombolas submetidas às mesmas condições. Superando estas ambiguidades das relações de poder, que lhes subtraíam uma proteção mais efetiva, as formas político-organizativas engendradas por lideranças de diferentes povos, grupos e comunidades tradicionais foram levadas a tornarem-se protagonistas de distintas iniciativas de controle sanitário e de vigilância em suas respectivas áreas. Uma variedade de meios de autodefesa e proteção ganhou corpo nos últimos meses, com o surgimento em diferentes regiões do país das denominadas “barreiras indígenas de fiscalização sanitária”, cuja finalidade consiste em controlar o fluxo de pessoas

---

617. Consulte-se **Portal Roraima 1** - “Militares visitaram comunidades indígenas Yanomami, em Roraima, em uma ação contra a Covid-19, nessa terça-feira (30), para fazerem atendimento médico e levar insumos às aldeias. Houve distribuição de equipamentos de proteção como máscaras, álcool em gel, aventais e luvas, além de 13,5 mil comprimidos de cloroquina, medicamentos que não tem eficácia comprovada contra a Covid-19.” **Portal Roraima 1**. “Militares distribuem cloroquina para indígenas de Roraima em ação contra coronavírus”. 01/07/2020. 15:40h

não-residentes ou consideradas “estranhas” às terras indígenas. O volume de ações sanitárias dos movimentos indígenas (APIB, COIAB, CIR, FOIRN, COAPIMA, APOIME), trabalhando inclusive no plano do conhecimento, com as séries quantitativas sobre infectados e vítimas fatais da Covid-19, tem adquirido uma força política contundente, face aos biopoderes locais, seja selecionando quem pode entrar, seja determinando quem deve sair das TIs<sup>618</sup>. Os critérios de seleção, resultantes destas mobilizações passaram a ditar atos e pautas reivindicatórias tanto impedindo fisicamente a entrada de pessoas consideradas “estranhas” e indesejáveis às comunidades, quanto efetuando a desintrusão dos infratores (garimpeiros, madeireiros, grileiros), que realizam atividades ilegais nas Tis. As denominadas “barreiras” tem, portanto, duplo sentido, ainda que se orientando numa única direção. Faixas, cartazes, placas, “fitas-zebra”, cones e avisos postados nas entradas às Tis, bem como “comunicados”, “atas de decisão” e “notas de comunicação”, cujo conteúdo foi definido em assembleias e reuniões realizadas com participação de cada uma das comunidades, ilustram um determinado grau de consolidação dos movimentos indígenas. Verifica-se uma capacidade física de execução do que foi deliberado em reuniões e assembleias. As decisões que ditam as condições de acesso a estas áreas e do trânsito de pessoas por elas, foram aprovadas em manifestações coletivas que também traduzem as relações de parentesco e afetividade entre aqueles que se encontram nas TIs e aqueles indígenas que residem habitualmente em centros urbanos. Estas relações são incorporadas no critério de quem pode entrar, transferindo a discussão, neste episódio dos chamados “parentes”, para o local e o tempo da quarentena. Em princípio o direito de ingresso dos “parentes” não poderia ser negado, todavia muitas vezes funciona uma regra operativa em torno da moradia habitual, que em determinados contextos passa a se constituir num critério de exclusão. A políti-

---

618. Não sucede o mesmo com as comunidades quilombolas que resistiram diferentemente. A despeito disso foram verificadas placas na entrada da comunidade Samucangaua, área afetada pela base de foguete de Alcântara (MA), alertando a proibição de entrada de pessoas que não pertencem a comunidade e também no município de Baião em comunidades quilombolas à jusante da Barragem de Tucuruí (PA). Para maiores informações sobre outras comunidades quilombolas, leia-se o trabalho **Ações e Mobilizações para evitar se expor à morte no Território Quilombola de Salvaterra** de Rosa Elizabeth Acevedo Marin e José Luís Souza de Souza que também integra esta coletânea.

ca da FUNAI de filtrar cada vez mais a concessão de RANIs com base numa noção discriminatória de que seriam classificados como “índios” apenas os que residem nas aldeias em TIs passa a dividir por dentro os povos indígenas, mas não parece ser suficiente para se sobrepor a laços consanguíneos nestes tempos de pandemia. Dentre as menções explícitas às “pessoas que não residem nas comunidades”, nada há sobre estes denominados “parentes” que habitam nas cidades. Os cartazes proíbem a entrada nas TIs notadamente de “estranhos” como explicitamente se referem aos “ambulantes”, quais sejam pequenos comerciantes em permanente deslocamento, que compram e vendem produtos, viajando seguidamente entre as TIs e entre estas e as cidades.

O material iconográfico aqui apresentado atesta estes tipos de mobilização em torno do exercício de vigilância e controle do ingresso em TIs, realizado pelos próprios indígenas, “para evitar a expansão do Coronavírus”. Nos meandros destes processos reais os indígenas tornam-se os sujeitos das ações sanitárias relativas aos seus territórios, definindo normas e executando-as eles mesmos. O “isolamento social”, explicitado como forma de prevenção do contágio e da enfermidade, resulta, pois, de atos, como reuniões e assembleias, comportando representantes indígenas de várias comunidades, que deliberaram e executam diretamente as medidas de fechamento das TIs. Tais medidas, que refletem ações coletivas, além de indicarem o fortalecimento de lideranças indígenas, propiciam os fundamentos de processos políticos relativos à reafirmação da autoridade dos “tuxauas” e “caciques”, ao conseguirem um consenso em cada unidade social para enfrentar de maneira autônoma, porém combinada e coletiva, os efeitos da pandemia.



**Figura 01:** Município de Baião, à jusante da barragem de Tucurí (PA)



**Figura 02:** Placa de advertência na comunidade Quilombola Samuacangaua localizada em Alcântara

Em Roraima, foram registradas dezenas de “barreiras” montadas com cercas de madeira improvisadas e portões, concretizando fechamentos físicos por períodos curtos ou por “tempo indeterminado” pelos indígenas Wapichana, Macuxi, Taurepang, Patamona e Ingaricó nos acessos à TI Jabuti, à TI Tabalascada<sup>619</sup>, à TI Truarú, à TI Sucuba, à TI Lago Grande, à TI São Marcos, à TI Raposa Serra do Sol e outras. Na TI Raposa Serra do Sol, as reuniões foram documentadas em ata<sup>620</sup> e tornadas públicas, possibilitando perceber que as mobilizações abrangem indígenas em diferentes posições e papéis sociais: “conselheiros locais de saúde”, “administradores da saúde”, “Tuxauas”, “gerentes de trabalho”, “administradores do gado” e representantes de comunidades. Em reunião datada de 26 de março, na região Surumú, município de Paracaima, foi decidido, conforme os termos da “Ata de Decisão” (Figura 03) correspondente, que “a entrada que dá acesso a TI Raposa Serra do Sol ficará fechada a partir do dia 28 de março”, na cabeceira da ponte Elias Madeira, entrada das comunidades Barro/Surumú.

---

619. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) informou, em 06 de abril de 2020, através da comunicadora indígena Raquel Viana, que a partir de 07 de abril a TI Tabalascada, localizada na região Serra da Lua, fechou o acesso: “com fiscalização intensiva na entrada da comunidade. De acordo com o tuxaua Deodato Wapichana, o fechamento segue durante 15 dias.”

620. Vide **Ata de Decisão** da reunião ocorrida, em 26 de março de 2020, na TI Raposa Serra do Sol, região Surumú, Município de Paracaima, Comunidade Indígena Barro.

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL  
REGIÃO SURUMU/MUNICÍPIO DE PACARAÍMA  
COMUNIDADE INDÍGENA BARRO  
DATA: 26 DE MARÇO DE 2020.

ATA DE DECISÃO

Aos dias vinte e seis de março de dois mil e vinte, às oito e meia da manhã, as lideranças das comunidades barro, surumu e maloquinha, se reuniram para tratar sobre a pandemia corona virus, que de maneira alarmante vem preocupando as populações locais, sobretudo, no que diz respeito ao controle da entrada de pessoas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O encontro aconteceu em frente a casa de apoio da comunidade barro (mangueira), e contou com a participação do coordenador regional Anselmo Dionísio Filho, conselheiro local de saúde Rinaldo de Lima Bonifácio, administrador de saúde Local Raimundo Feitosa, administradoras do gado Joicinara da Silva Maceno e Eliomácia Barbosa Pinho, os tuxauas Laurison Gabriel, Marçaline da Silva dos Santos, Eliésio dos Santos e Carpegiane Rebouças Bezerra, gerente de trabalho Moacildo da Silva, representantes da comunidade maloquinha Ana Lúcia S. Oliveira Rosa e Essemaio Pereira, e alguns membros da comunidade barro como Emily Ramos Pereira, Elisângela Barbosa de Pinho, Paulo Sérgio, Elziane Amaro da Silva, Valdir Magalhães Dias, Augustino Pereira, Diraneide Lima Bonifácio, Vaner Peres Torres, Leonidas Peres e Jeferson Barbosa. Neste encontro discutiu-se a importância do "isolamento social" como forma de prevenção da doença, uma vez que esta, assim como outras, que no início de sua expansão assombraram a humanidade, como por exemplo, o HINI lembrado por senhor Raimundo Feitosa.

**DECISAO:** Após várias colocações, em decorrência a prevenção a Pandamia ao **CORANA VIRUS**, fica decidido que a entrada que dá acesso a Terra Indígena Raposa Serra do sol ficara fechada a parti do dia vinte e oito de março de dois mil e vinte (sábado), às seis horas da manhã na cabeceira da Ponte Elias Madeira, entrada das comunidades Barro/Surumu, Contendo o uso de faixas, placas e cones, cava leite, fita zebra. O fechamento contara com apoio da Equipe Multidisciplinar de Saude Indígena – EMSI, AIS, lideranças indígenas e GPVIT programada em escalas de pelos menos duas ou três pessoas. Fica decidido ainda que terá acesso os veículos a trabalho da saude, abastecimento de combustível para o motor gerador, suprimento alimenticios para as comunidades indígenas e outras necessidades autorizadas pelas lideranças locais. Fica decidido também que não será aceita a entradas ou trânsitos de pessoas, membros ou não de comunidades que residente na cidade/comunidade ou vice versa esta decisão será por tempo indeterminado ate que se haja uma decisão pelas autoridades competentes.

Sem mais nada a discutir, a reunião deu-se por encerrada às 11h40min.

Figura 03: Ata da reunião de 26 de março de 2020, região Surumú

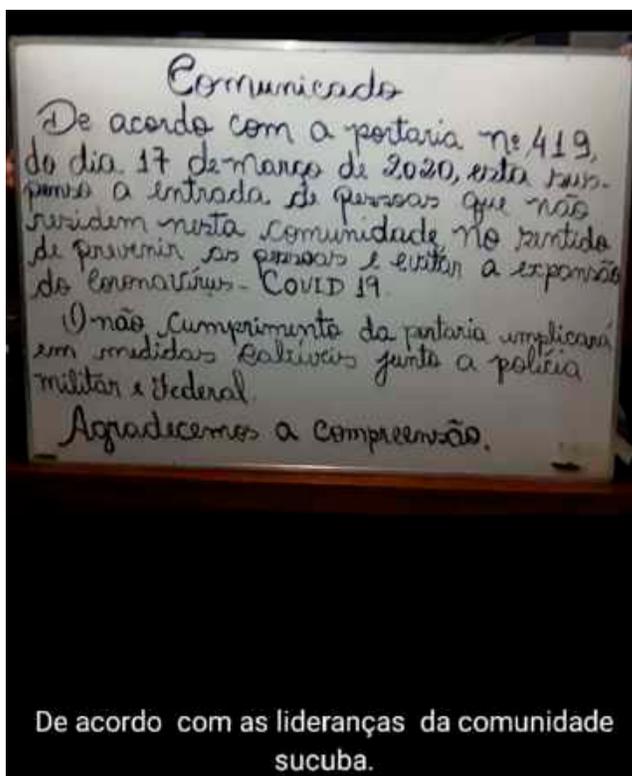


Figura 04: Comunidade Sucuba - Terra Indígena Sucuba



Figura 05: GPVIT na Comunidade Indígena Araçá - região Amajari



**Figura 06:** GPVIT na Comunidade Indígena Araçá - região Amajari

As “barreiras” são montadas com cones bicolores sob um fio plástico resistente ou com uma cerca de três fios estendida sobre um mata-burro, com uma placa de “Fechado”, no caso da TI Truaru, ou com um cartaz afixado sobre uma cerca de madeira branca, na entrada da TI Sucuba, em que se lê a menção legitimadora de que estariam agindo de acordo com a Portaria n.419, da FUNAI, de 17 de março de 2020.



**Figura 07:** Comunidade Truarú - Terra Indígena Truarú



**Figura 08:** Placa de fechamento da Terra Indígena Truarú



Figura 09: Placa de fechamento na Terra Indígena Truarú



Figura 10: Placa de fechamento na Terra Indígena Truarú

O tempo de fechamento prevê também uma interlocução com os poderes, pois há cartazes que assinalam como vigente “até que haja uma decisão pelas autoridades competentes” (cf. **Ata de Decisão**). O fechamento

comporta, deste modo variações, senão vejamos: no Lago Caracaranã foi definido o “fechamento da barreira” às 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, sábados e domingos, enquanto que o acesso ficou restrito a 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> de seis da manhã às 19 horas

---

**TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL**  
**REGIÃO RAPOSA**  
**CENTRO REGIONAL LAGO CARACARANÃ**

## **COMUNICADO**

DE ACORDO COM A DECISÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS DA REGIÃO RAPOSA E BAIXO COTINGO NA REUNIÃO REALIZADO EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA TRATAR DAS BARREIRAS INDÍGENAS DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA INSTALADAS NA BR 433 E RR TRANS-ARROZAL, FICA DETERMINADO QUE O FECHAMENTO DA BARREIRA SERÁ NA TERÇA, QUINTA, SÁBADO E DOMINGO. O ACESSO SERÁ ABERTO NA SEGUNDA, QUARTA E SEXTA-FEIRA, DAS 06:00 HORAS DA MANHÃ ÀS 19:00 HORAS DA NOITE. A DECISÃO TEM COMO OBJETIVO MINIMIZAR O FLUXO DE PESSOAS PARA A SEDE DO MUNICÍPIO NESTE MOMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), E A PROPAGAÇÃO DA MESMA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS. A DECISÃO SEGUIRÁ POR TEMPO INDETERMINADO.

A DETERMINAÇÃO SERÁ APATIR DO DIA 01 DE JUNHO 2020.

C.R.L.C: 29 DE MAIO DE 2020

**PERCIVANIO SOUZA**  
COORD. DA FISCALIZAÇÃO INDÍGENA  
REGIÃO RAPOSA

**ELISSANDRO RAPOSO**  
COORD. DA FISCALIZAÇÃO INDÍGENA  
REGIÃO BAIXO COTINGO

**Figura 11:** Comunicado: região Raposa, 29/05/2020

Na TI Tabalascada o fechamento foi previsto por 15 dias e depois estendido, enquanto em outras TIs há referências frequentes a um “tempo indeterminado”. Nas demais comunidades e TIs as medidas de interdição são constantes e não mencionam explicitamente a variável tempo, cingindo-se a informar, como dizem os cartazes, que está “suspensa a entrada de pessoas que não residem nesta comunidade”. Assim indica o Posto de Fiscalização e Vigilância no Uraricoera, que atende a TI São Marcos e diversas comunidades como Campo Alegre, Vista Alegre e Lago Grande, demonstrando uma expressiva capacidade de assegurar as proibições, a partir de ações conjuntas na entrada das TIs. De igual modo, a ação do GPVITI (Grupo de Proteção e Vigilância dos Territórios Indígenas), na região do Amajari, correspondeu a uma mobilização de lideranças de várias comunidades, tais como: Araçá, Ouro, São Francisco; e na região Raposa às comunidades de Raposa e Guariba.



**Figura 12:** Comunidade Ouro e São Francisco - região Amajari



Figura 13: Equipe GPVIT da Comunidade Raposa I - Região Raposa

Terra Indígena São Marcos  
 Posto de Fiscalização e Vigilância  
 Urucocera

Nos Territórios e Municípios das  
 comunidades Bompo Péry, Vista Alegre,  
 Milho, José Manoel, Dúrcia e São Marcos  
 do Estado do Rio Grande do Sul, decidimos  
 por comunidade manter nítido a  
 entrada de pessoas que não são de  
 estas comunidades acima mencionada,  
 no entanto, devido à situação e proximidade  
 a nossa sociedade contra COVID-19,  
 por isso, estamos realizando a nossa  
 comunidade.

Posto de Fiscalização e Vigilância  
 Urucocera 28 de Março de 2020.

Elis Pereira Lopes  
 Maria Luiza Moreira  
 Mariana Kátia Augusto  
 APOLSON DEKAR  
 Glauco da Anunciação de Castro  
 Elmar Gonçalves da Silva  
 Cláudio de Souza

Figura 14: Documento informando o fechamento no Posto de fiscalização e Vigilância Urucocera da Terra Indígena São Marcos.



**Figura 15:** Bloqueio das estradas na região Serras

Combinadas com a iniciativa destas “barreiras sanitárias” registra-se o adiamento de eventos e o cancelamento temporário de rituais para “evitar aglomerações”, como dizem explicitamente os documentos. A XII Assembleia da Juventude Indígena de Roraima foi cancelada conforme documento do Núcleo de Juventude Indígena. O cancelamento foi explicado em carta datada de 1º de abril de 2020, firmada pelo Coordenador Estadual da Juventude Indígena, justificando que seguem as “orientações da OMS” para evitar a propagação do Covid-19. (Figura 16). Do mesmo modo foram colocados em suspensão sequências, rituais, festas e comemorações.



## Núcleo de juventude

Centro de formação, 01 de abril de 2020.

### Carta

A coordenação do núcleo de juventude indígena de Roraima, criada para articular e fortalecer o movimento de jovens, vem por meio desta **comunicar** as senhores coordenadores regionais de juventude, juventudes e lideranças o **cancelamento** da XII assembleia da juventude indígena de Roraima. Por medidas preventivas da saúde de nossa juventude e lideranças, ressalto ainda que estamos seguido às recomendações da OMS (organização mundial da saúde) para evitar a propagação da COVID-19 (corona vírus) em meio as nossas regiões e comunidades, no mais esperamos ter a compressão de todos, e pós-amenização da pandemia estaremos novamente entrado em contato com os senhores para remarcar uma nova data.

Com saudações indígenas!

Alcebias Motá Constantino

Coordenador estadual da juventude indígena

Figura 16: Carta da Coordenador Estadual da Juventude Indígena

Foram registradas também ocorrências de montagem de barreiras sanitárias na entrada de TIs no Acre, com os Puyanawa fechando fisicamente a entrada da TI Puyanawa. Já no Amazonas, na TI Alto Rio Negro, foram

montadas “barreiras” de controle. Aí vivem pelo menos 23 (vinte e três) povos indígenas, dentre eles: Arapaso, Baniwa, Baré, Barasana, Bará, Desana, Hupda, Karapaña, Piratapuya, Tukano, Koripako, Kotiria, Tariano, Warekena, Maku, Kubeo, Mirity-tapuia além de isolados dos Rio Uaupés e Cuririari e do Igarapé Waranaçu...) (Figura 17).



Figura 17: Placa de advertência da Terra Indígena Alto Rio Negro

As interdições dirigidas ao transporte fluvial e à atracação de barcos dizem: “não é permitido pernoitar quem vem de S.G.C. (São Gabriel da Cachoeira) e fronteiras”” e “proibido encostar na comunidade”. Os cartazes evocam a FOIRN e a Lei n.1.831 de 1987. Também no Estado do Amazonas, na Aldeia Boará de Cima, do povo Kokama<sup>621</sup>, no Alto Solimões, mesmo tendo sido erguidas barreiras, em 21 de maio verificavam-se 27 casos de infecção. Considerando as aldeias dos Kokama como um todo há registros, até 30 de maio, de pelo menos 55 vítimas fatais de Covid-19 (Vide seção denominada Obtúario, na segunda

621. As notícias dos primeiros casos de COVID-19 entre indígenas Kokama, com registro de quatro casos em Santo Antonio do Içá (AM); Mura, em Itacoatiara (AM); Borari, no baixo Tapajós (PA), e Yanomami, na região do polo base Uraricoera, na TI Yanomami, no município de Alto Alegre (RR), tiveram ampla repercussão e permitem a interpretação de que teriam chamado a atenção de lideranças locais e dos movimentos indígenas, fortalecendo a necessidade desta iniciativa de mobilizações para fechamento do acesso às TIs. Consulte-se a propósito: Wladimila, Nayra e Brasil, Kátia - “Ministério da Saúde registra primeiro caso de Covid-19 em Yanomami”. *Amazônia Real*, 08/04/2020 às 00:28.

parte no **Território da Morte** dessa coletânea). No Rio Purus na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, localizada nos municípios de Lábrea e Tapauá, no Estado do Amazonas, também foram erguidas barreiras de controle e vigilância. (Figura 21). Essa experiência de obstruir vias públicas já era bastante conhecida no Amazonas, sobretudo a partir da ação de vândalos destruindo as correntes do pedágio dos Waimiri-Atroari na BR 174 em 28 de fevereiro de 2020<sup>622</sup>.



Figura 18 e 19: Povo Kokama da aldeia Boará de Cima anunciando a quarentena

622. Cf. **Informativo Comentado** sobre Povos e Comunidades Tradicionais, n.1. Manaus, PNCSA



**Figura 20:** Waimiri-Atroari fechando a BR 174 em protesto contra o vandalismo que destruiu o suporte das correntes que assegurava o pedágio



**Figura 21:** Jarawara da aldeia Nascente, TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati

No Pará, no final de março, os Kaiapó negociaram com os garimpeiros a paralisação da extração aurífera em Turedjam: “Nós sempre quisemos fechar o garimpo. Com o risco de contágio pelo Coronavírus na comunidade, nós debatemos e chegamos a um consenso”, disse Takatkyx, liderança Kaiapó. Os garimpeiros se retiraram levando seus equipamentos. A FUNAI informou que não participou das negociações<sup>623</sup>.

Enquanto as ações até agora mencionadas fortalecem as formas político-organizativas intrínsecas à vida comunitária nas TIs e aos movimentos indígenas, há um outro repertório de iniciativas que busca fortalecer principalmente as instituições encarregadas das políticas públicas de assistência aos povos indígenas. Vale destacar que em reunião do FPCONDISI, em 22 de maio, no salão de reunião on-line da APOINME, foi aprovada uma nota focalizando a premência de assistência médica às chamadas “Aldeias Urbanas” e em especial à aldeia Jaguapiru:

“Exemplo da aldeia Jaguapiru em Mato Grosso do Sul, superpopulosa com mais de 12 mil pessoas confinados em 4 (quatro) hectares de terras a 5km da cidade, em condições sociais inadequadas, grande índice de suicídio”. Outro exemplo concerne “a um grupo indígenas Guarani e Kaingang alojados na antiga rodoviária de Florianópolis (SC) com idosos e crianças, carece de uma ação indigenista urgente (FUNAI), acredita-se que estes sejam devidamente cadastrados no SIASI no caso de responsabilidade do DSEI estão altamente vulneráveis à contaminação.” (Figura 22).

---

623. Cf. Angelo, Mauricio – “Comunidade Indígena do Pará expulsa garimpeiros por Covid-19”. Thomsom Reuters Foundation, 06 de abril de 2020, 11h45.

Atualizado às 12h05.

“Não queremos mais garimpeiros circulando no meio das aldeias. Eles concordaram em sair”, disse Takatkyx Kayapó, um dos líderes comunitários que negociaram com os garimpeiros, à Thomsom Reuters Foundation (T.R.F.). (...) Assim como o garimpo em Turedjam também houve uma interrupção do corte de árvores, disseram os locais. (...) Os moradores de Turedjam disseram que, no pico das atividades de mineração, era possível ver até 70 escavadeiras em suas terras...”. Os indígenas afirmaram ainda que quando acabar a pandemia será feita outra reunião para decidirem o que fazer: “A ideia é fechar os garimpos para sempre”, completou o líder Kaiapó.

**REUNIÃO DO FPCONDISI DIA 22 DE MAIO ÀS 14:00 NA SALA DE REUNIÃO ON-LINE DA APOINME.**

**ATENÇÃO PARA AS ALDEIAS CHAMADAS DE ALDEIAS URBANAS.**

- Exemplo da aldeia Jaguapiru em Mato Grosso do Sul, superpopulosa com mais de 12 mil pessoas confinados em 4 hectares de terra a 5 km da cidade, em condições sociais inadequadas, grande índice de suicídio.
- Verificar qual tipo de assistência está sendo possíveis prestar a um grupo indígena guarani e Kaningang alojados na antiga rodoviária de Florianópolis- SC com idosos e crianças, carece de uma ação indigenista urgente (FUNAI) acredita-se que estes sejam devidamente cadastrados no SIASI no caso de responsabilidade do DSEI estão altamente vulneráveis a contaminação.

**FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DO CONTROLE SOCIAL DE SAÚDE INDÍGENAS**

- Promover encontros on line uma vez por mês;
- Fortalecer o canal de diálogo com a SESAI com vistas a dá visibilidade as ações do FPCONDISI;
- Replicar esse modelo de reunião onde for possível inclusive pós Pandemia.
- Construir canais de divulgação e promoção das ações de controle social por DSEI.

**AÍLSON DOS SANTOS  
COORDENADOR DO FPCONDISI**

02

**Figura 22:** Comunicado da Aldeia Urbana Jaguapiru

As estratégias discursivas, neste caso de reuniões do FPCONDISI, sublinham o “fortalecimento institucional” das agencias responsáveis pela saúde indígena ou “das instituições responsáveis pelas políticas públicas de assistência aos povos indígenas”, que são atreladas ao Estado. Embora suas atribuições consistam em articular ação assistencial de várias instituições públicas, suas medidas convergem para “evitar aglomerações”, sobretudo em rituais como o “toré”. (Figura 23).

REUNIÃO DO FPCONDISI DIA 22 DE MAIO ÀS 14:00 NA SALA DE REUNIÃO ON-LINE DA APOINME.

T-COMPREENDER MELHOR A REALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS FRENTE A SITUAÇÃO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

- Quais os processos de enfrentamento da covid 19 nas aldeias;
- Assistência das equipes nas aldeias
- Como estão se organizando para enfrentamento

A VULNERABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E A NECESSIDADE DE AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO POR MEIO DO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS:

- Inclusão dos povos indígenas nos grupos de risco;
- Realizar testagem geral da população indígenas e trabalhadores de saúde indígenas;
- Disponibilizar álcool gel, máscaras e outros equipamentos de proteção individual-EPI's para os trabalhadores e para ser usado em casos de pacientes suspeitos além de disponibilizar material de higiene e de limpeza;
- Realizar um inquérito sanitário por aldeia (sintomas de gripe, febre) pelo AIS/EMS;
- Adequar e higienizar os espaços públicos nas aldeias: escolas, casas de oração/reza, postos de saúde, entre outros, nas aldeias para receber indígenas em uma possível necessidade de quarentena, ampliar os cuidados a grávidas, pessoas com doenças crônicas, problemas respiratórias entre outras, que apresentem a Síndrome Gripal, atentar para o isolamento social.
- Realizar testagem em pacientes e acompanhantes indígenas inclusive crianças com patologias crônicas nas CASAS;
- Esvaziar as CASAS de pacientes com procedimentos eletivos;
- Articular suporte do exército Brasileiro para fornecimentos de água nas aldeias que não tem sistema;
- Ampliar assistência social as populações indígenas, incluindo cestas básicas de alimentos (fazer campanha)
- Elaborar e distribuir material informativo adequado para os povos indígenas, no sentido de sensibiliza-los para não compartilhar objetos pessoais – talhars, alimentos, roupas, local de dormida e etc. além dos utilizados nos rituais como: xanduca/ campião, cachimbo/ cigarros, bem como bebida, kaxiri/ Kaxiri/sakura/ garapa de cana e ou rapadura/ Jurema e alcoólica, entre outras;
- Orientar para evitar aglomerações, em especial os rituais indígenas, como o toré e outros. Como também manter o afastamento social;

01

Figura 23: Comunicado do FPCONDISI

3-Este processo de mobilização indígena, com características autodefensivas, de acordo com o que já foi reiterado, ao mesmo tempo, que não permite o ingresso nas TIs de pessoas que não fazem parte das comunidades, defendendo o “isolamento social” para se protegerem do contágio, procede à desintração das terras tradicionalmente ocupadas, expulsando os invasores. Em outros termos, em concomitância com o controle da entrada em seus territórios os indígenas se mobilizam para efetivar os desintraamentos, qual seja, retirar de maneira efetiva os invasores de suas terras. Levando em conta o adensamento e a intensidade da mobilização indígena em defesa de seus territórios, nestes tempos de pandemia, observa-se pelo menos duas modalidades principais de desintração: i) a primeira se refere a uma retirada

dos invasores sem negociação. Ela diz respeito a ações coletivas, respaldadas em consultas a lideranças intermediárias e em consenso “tribal”<sup>624</sup>, obtido através de sucessivas reuniões e articulações políticas, que indígenas Macuxi, Taurepang, Wapichana, Patamona e Ingaricó realizaram, no dia primeiro de abril, compreendendo uma retirada compulsória de garimpeiros e suas balsas do Rio Cotingo, próximo ao igarapé Samaúma, na TI Raposa Serra do Sol, localizada no nordeste do Estado. Em sequência, num ato contínuo, apreenderam os equipamentos utilizados nesta atividade ilegal para serem posteriormente entregues às autoridades competentes<sup>625</sup>. Esta ação forçada de desintrusão, impensável em outras circunstâncias, tornou-se exequível mediante este processo pandêmico que, embora trágico e cruel, tem impelido os indígenas a uma autodefesa constante e aparentemente mais duradoura, porquanto ancorada em consensos. Esta capacidade de mobilizar, mesmo que seja situacional, tem propiciado condições objetivas para uma consolidação de lideranças e chefias. Comunicados, atas de decisão, recomendações, avisos e outras relações que reafirmam laços de solidariedade, por sua frequência e pelo acatamento coletivo conduzem à suposição de que algumas conquistas podem ser mais duradouras do que se supõe à primeira vista.

ii) Pode-se dizer que a segunda vertente concerne a situações similares àquelas vividas pelos Kaiapó, que negociaram com os garimpeiros o encerramento da extração de ouro em Turedjam, após obterem o consenso em reuniões consecutivas. Os garimpeiros se retiraram levando todos seus equipamentos sem que a FUNAI ou qualquer outro órgão competente tenha participado das negociações, isto é, sem multas, sem reparações e sem perdas de quaisquer equipamentos. Uma indagação frequente nos debates sobre “mobilização indígena” é se as evidências de ilegalidade seriam minimizadas?

---

624. Leia-se o conceito de “tribal” tal como trabalhado por Mahmood Mandani – “What is a tribe?”. *London Review of Books*. vol.34 n.17. September 2012 pages 20-22

625. Cf. “Índios retiram garimpeiros da Raposa/Serra do Sol”. *Folha de Boa Vista*, 06 de abril de 2020. In *Folha Web*, 06/04/2020, às 15h10.

Neste aludido episódio constata-se que, além do desintrusamento, se colocam em pauta questões ambientais, relativas à sustentabilidade das próprias comunidades indígenas. Com perspectiva de futuro as iniciativas indígenas convergem para uma gradual recuperação da cobertura vegetal e das matas ciliares uma vez que os garimpos, numa ação ilegal de décadas, provocaram danos de difícil reparo imediato. Mesmo que esta retirada dos garimpeiros seja circunstancial, pois o preço do ouro encontra-se em elevação crescente neste maio e junho de 2020, e poderia estimular novas invasões, os indígenas não ignoram isto nem a relevância do atual desintrusamento. Atenta à elevação do preço do ouro a imprensa periódica repete que se trataria de uma “paralisação da extração aurífera” e não do encerramento das atividades de garimpagem ilegal. As lideranças indígenas consideram, entretanto, que estão ganhando um tempo precioso para se prepararem para enfrentamentos futuros e para recuperar, ainda que parcialmente, nascentes, olhos d’água e pequenos igarapés em seu território. Na fala de lideranças percebe-se que com as desintrusões as águas estariam se tornando mais límpidas e transparentes, dando fim à turbidez gerada pelos materiais em suspensão, removidos frequentemente dos leitos dos rios em virtude das atividades extrativas. Em suma, com ou sem negociação, as ações de desintrusamento fortalecem as formas político-organizativas intrínsecas aos próprios indígenas, ressaltando seu protagonismo e expondo os riscos implícitos a um processo pandêmico não exatamente controlado, ainda pouco conhecido e com efeitos trágicos sobre os povos indígenas, cujas vítimas fatais do Covid-19 se aproximam de 500 (quinhentas) em nove semanas de declaração da pandemia.

Há interpretações correntes que salientam o fato de estarem sendo criadas condições de possibilidade para que também sejam reduzidos os índices elevados de desmatamento, uma vez que circulam informações de que o corte de árvores estaria diminuindo desde que foram montadas as “barreiras de controle e vigilância”. Tais informações certamente carecem de verificações *in loco*. Os argumentos atestadores reiteram que diante da

intensa mobilização, com uma rígida fiscalização dos próprios indígenas, os madeireiros e garimpeiros estariam temendo intrusar as TIs. As práticas rotineiras de autodefesa nas “barreiras de controle” e nos afazeres da vida cotidiana assinalam um maior grau de organização indígena neste momento. Certamente que o fator quantitativo, que caracteriza as invasões, não pode ser ignorado, nem subestimado porquanto pode limitar ou até neutralizar o resultado de qualquer mobilização indígena. Numa TI como a dos Yanomami, invadida por cerca de 20 mil garimpeiros, torna-se bastante complexa qualquer ação indígena voltada para uma desintrusão efetiva. Não obstante, a mesma pandemia que faz os indígenas promoverem o “isolamento social” propicia condições favoráveis ao desintrusamento, cujos efeitos parecem não apenas estar inibindo os invasores de adentrarem as terras indígenas, mas também criando condições para que, mediante dificuldades operacionais internas às comunidades indígenas, seja possível, o cumprimento dos direitos constitucionais com uma autorização de ações de desintrusão mais vigorosas executadas por forças policiais federais e militares. Esta alternativa consiste numa terceira vertente de desintrusamento das TIs, executada em consonância com as relações de poder.

O grau de organização dos indígenas, com as famílias se revezando nos postos de controle e com equipes monitorando todo o tempo os limites mais frágeis na defesa do território tem facultado uma ação mais incisiva contra os invasores seja através de negociações caso a caso, seja através da ação direta combinada com os órgãos oficiais. Indigenista oficial, ou seja, com atos mais determinados de interditar o acesso ou de promover o despejo. Neste contexto são ensaiadas iniciativas de monitoramento em tempo real de limites e vias de acesso às TIs, reforçando a utilização de GPS, celulares e diversos aplicativos, cujos usos se tornam frequentes nos movimentos indígenas. Com a utilização destes recursos tecnológicos, atrelados à execução de atividades anteriores de mapeamento social de seus territórios, a capacidade mobilizatória dos indígenas aumenta e a eficácia de seus resultados torna-

se mais factível. As técnicas de mapeamento consolidam os procedimentos elementares de monitoramento de limites e da presença de intrusos que utilizam clandestina e ilegalmente os recursos naturais das TIs.

4-Um outro efeito da pandemia concerne à observância de normas relativas aos processos de decisão, definidos em legislação específica, acerca da participação de indígenas. No Alto Solimões (AM), em municípios onde ocorreram eleições recentes para os Conselhos Distritais de Saúde Indígena, tal como em 21 de março de 2020, em São Paulo de Olivença, abrangendo Kambeba, Kokama e Ticuna foram registrados conflitos em torno do controle daqueles mencionados mecanismos com a recusa oficial de reconhecimento em ata do resultado efetivo de eleições para o distrito sanitário. Sublinhe-se que atos semelhantes já estavam ocorrendo desde o ano anterior. A pandemia agravou a desestruturação do sistema de saúde indígena, o qual esteve sob pressão durante todo o ano de 2019 mediante atos governamentais, que extinguiram o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi) e limitaram o poder “colegiado participativo” dos conselhos distritais e locais de saúde como espaços políticos de participação social e de decisão colegiada<sup>626</sup>, impelindo os povos indígenas a adotarem postura defensiva e critérios político-organizativos intrínsecos para resistirem aos seus antagonistas. Importa sublinhar os debates acirrados em torno da Lei n.9.836 de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, e os desdobramentos políticos que buscam desmontar sua “estrutura organizacional”, como o Decreto 9.759, de abril de 2019, que extinguiu o FPCondisi. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), que são unidades gestoras descentralizadas do SasiSUS,

---

626. Consulte-se os debates acirrados em torno da Lei n.9.836 de 23 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, e os desdobramentos políticos que buscam desmontar sua “estrutura organizacional”, como o Decreto 9.759, de abril de 2019, q, atualizado às 12e extinguiu o FPCondisi. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS), que são unidades gestoras descentralizadas do SasiSUS, cuja estrutura de atendimento está apoiada em unidades básicas, polos- base e as chamadas Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casai), tornaram-se menos autônomos e os conselhos distritais (CONDISI) e locais (CLSI) passaram a ser rigidamente controlados, desrespeitando as decisões colegiadas e de participação ampla. Concomitantemente registram-se ameaças de desmontar o corpo técnico destes DSEIS com afastamento e demissões continuadas de funcionários.

cuja estrutura de atendimento está apoiada em unidades básicas, polos-base e as chamadas Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casai), tornaram-se menos autônomos e os conselhos distritais (CONDISI) e locais (CLSI) passaram a ser rigidamente controlados, desrespeitando as decisões colegiadas e de participação ampla. Concomitantemente registram-se ameaças de desmontar o corpo técnico destes DSEIS com afastamento e demissões continuadas de funcionários.

Fortalecendo estas iniciativas indígenas e buscando sintetizá-las a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) elaborou um “Plano de Ação Emergencial e Combate ao Avanço do Coronavírus (COVID-19) entre os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira”. Para além destas mobilizações étnicas cabe mencionar que o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), elaboraram recomendações<sup>627</sup> ao governo estadual e prefeituras que objetivam complementar outras medidas que já haviam sido indicadas como imprescindíveis para a garantia dos direitos dos povos indígenas, no que concerne à sua proteção face à atual pandemia. Nestes tempos, tal como naquelas situações históricas de “pestes”, “pragas” e “cólera”, os mecanismos de controle social e de dominação política se concentram nos dispositivos vinculados à saúde (pública, privada) e nas agências respectivas, ampliando a dimensão do campo político e concentrando os atos em determinadas agências e mecanismos de controle da saúde, da higiene e da alimentação.

Com as medidas de contenção do Covid-19, montando “barreiras sanitárias” de controle do fluxo de pessoas e efetivando desintrusões, constata-se que as comunidades indígenas estão sendo impelidas a repensar suas

---

627. O MPF e o MPAC recomendaram ao DSEI Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá que procedesse à elaboração e execução de um “Plano de Contingência Distrital para Infecção Humana pelo novo Coronavírus”, realizando a aquisição imediata de testes para o diagnóstico da doença, de kits de oxigênio, de equipamentos de proteção individual (EPI) para os profissionais de saúde e de contratos para viabilizar remoções de emergência nas várias aldeias. Enfatizaram ademais o isolamento dos indígenas em suas aldeias nos casos de suspeita ou confirmação de contágio, bem como a necessidade de controle sanitário da entrada nas terras indígenas e medidas no sentido de promover a retirada de invasores das TIs. (Cf. Facebook de Altino Machado, em 06 de abril de 2020).

relações com os recursos naturais nas TIs. Uma primeira observação, elaborada a partir de contatos por celular e consultando os boletins<sup>628</sup> “**Atenção, Txai!**” - da Comissão Pró-Índio do Acre, da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e da Associação dos Agentes Florestais Indígenas do Acre -, indica que o isolamento das TIs e as consequentes limitações de deslocamento dos indígenas para atos de compra e venda nos centros urbanos, bem como o deslocamento para as aldeias de famílias indígenas que estavam residindo nas cidades, levaram a uma maior dedicação às práticas cotidianas voltadas para o autoconsumo e a uma redefinição do uso da floresta, isto é, dos recursos florestais e hídricos. Os relatos a partir dos contatos permitem ressaltar que, neste final de inverno amazônico, estariam aumentando as áreas destinadas para os cultivos tanto em termos do número de **roças** em terras firmes, quanto ao tamanho destas **roças**. Além disto, a localização delas também estaria se dando “mais para dentro da mata”, levando inclusive à discussão sobre mudanças na posição de unidades residenciais e até de aldeias inteiras. Verifica-se uma propensão dos indígenas de adentrar mais no território, reproduzindo uma prática de outros momentos históricos marcados por epidemias (coqueluche, sarampo, catapora). O antropólogo Txai Terri, no Boletim n.07, narra os significados do “isolamento social” nas TIs, que ele designa de “reclusão”, e suscita uma interpretação positiva desta volta às aldeias

“Quando a pandemia chegou no Acre, os txais de quase todas as terras indígenas, que viviam nas cidades, voltaram para dentro de suas terras, voltaram para suas terras, para suas aldeias e alguns ainda foram fazer casas lá dentro da floresta com medo de serem contaminados por esta doença. Acho que vocês devem ter a memória do tempo das epidemias coqueluche, sarampo, catapora, malária que dizimou muitos de vocês, muitas populações indígenas do Brasil, do Acre. (...) vocês fizeram isto, voltaram para as terras

---

628. Os **Boletins Atenção, Txai!** são produzidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, pela OPIAC e pela Associação dos Agentes Florestais Indígenas do Acre. A CPI-AC está realizando uma campanha pedagógica voltada para os indígenas, denominada de “Fique em Casa”. Consultei principalmente o boletim de n.07, de junho de 2020 intitulado “Txai Terri Aquino fala da importância de cuidar dos idosos nas Aldeias”.

de vocês, para as aldeias. Aqueles que viviam fora voltaram, foram botar seus roçados. Lá na quarentena da aldeia era bem diferente da quarentena na cidade, vocês tinham mais liberdade de colocar roçados de terras firme, roçados de praia (...) isto deu mais ânimo para vocês e vocês fizeram uma reclusão voltando para dentro das aldeias, voltando para dentro da terra indígena.” (Txai Terri, 2020).

A redefinição do uso da floresta estaria fazendo com que os denominados “centros” ou lugares destinados à produção agrícola e extrativa tornem-se também lugares de moradia, mesmo que provisórias? Seria prematuro afirmar que se esboça uma pressão demográfica sobre as terras indígenas, com o retorno de famílias e com a abertura de mais roças e de tamanhos maiores, alterando profundamente os modos de uso dos recursos. Somente um trabalho de pesquisa mais detido e abrangendo o próximo verão poderá propiciar, talvez, meios para uma resposta apropriada a questões desta ordem. Como pano de fundo um pressuposto de que as TIs não consistem em meras continuidades das áreas protegidas ambientalmente (unidades de conservação, resex, flonas, rebio), como usualmente ocorre com aqueles que agrupam sob uma mesma classificação de “áreas protegidas” terras indígenas e unidades de conservação, menosprezando as diferenças. Nas TIs as regras de uso dos recursos naturais são dinâmicas e alteradas segundo condições definidas pelos próprios indígenas em diferentes circunstâncias. A pandemia concorre para que se torne mais diáfana esta distinção num momento em que os movimentos indígenas se fortalecem e se projetam na cena política com mais força e contundência, passando a controlar de maneira mais efetiva os seus próprios territórios.

